

**CORES E MARCAS DOS RECRUTAS E MARUJOS
DA ARMADA, c. 1822-c. 1860***

Silvana Jeha **

Recebido 01/06/2013 Aprovado 30/06/2013
--

Resumo: Este artigo trata das cores dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil. Estatísticas foram criadas a partir das tripulações dos navios e documentação de recrutamento nas províncias e destrinchadas por meio da legislação, da prática do recrutamento e das trajetórias dos indivíduos. Procura-se demonstrar que o recrutamento foi um processo de nacionalização conduzido pelo Estado sob a égide do conflito com a população, cuja cor, muitas vezes sinônimo de status social, foi fundamental no processo. Os vários termos usados para cor no período também são analisados.

Palavras-chave: Marinha do Brasil – Marinheiros – Recrutas – Século XIX – Indígenas – Negros – Pardos.

Abstract: This article is about the colors of the recruits and sailors of the Armada Nacional e Imperial do Brasil in its first decades. Statistics were created and developed through legislation, the practice of recruitment and the trajectories of individuals. It shows that recruitment was a nationalization process conducted by the State under the aegis of the conflict with the people, whose color, often synonymous with social status and ethnicity was fundamental in the process. The various terms used to define color of the individuals in the period are also analyzed.

Keywords: Brazilian Navy – Sailors – Recruits – 19th century – Indians – Blacks – Pardos.

Em 20 de novembro de 2008, feriado do Dia da Consciência Negra, na praça XV, Rio de Janeiro, o ex-presidente Lula inaugurou a estátua do marujo João Cândido, um dos líderes da revolta dos marinheiros de 1910. A canção “Almirante negro” de João Bosco e Aldir Blanc e o livro *A revolta da chibata* de Edgar Morel popularizaram a história do marujo. Na memória coletiva a revolta costuma ser associada à luta contra o

* Este artigo é uma nova versão de algumas seções do capítulo 3 da minha tese de Doutorado: *A galera heterogênea: Naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, 1822-1854*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

** Doutora em História pela PUC-RJ, com pós-doutorado pela Unifesp. Atualmente trabalha como roteirista de vídeos institucionais e documentários. *E-mail:* silvanajeha@gmail.com

racismo e às heranças da escravidão, já que o fim da chibata, uma das conquistas da revolta, remete ao tratamento recebido pelos escravos negros como João Cândido.

Lula, como ex-operário, falou de duas lutas contidas no movimento. Primeiro, daquela por condições de trabalho mais dignas. Porém, a data dizia respeito à consciência negra, portanto, raça foi o tema central do discurso. O presidente, com sua linguagem popular, falou para a multidão na qual eu me incluía:

Eu dou graças a Deus. Não à escravidão, mas aos negros terem vindo para cá. Porque a mistura do negro, do índio e do europeu que estava aqui, que era o português, transformou este povo brasileiro no mais extraordinário ser humano que o planeta tem. Você vai a um país europeu fazer um ato como esse, só tem galego, não tem nem moreno. Agora vejam aqui que colorido, não de roupa, de cor. Nós conseguimos criar uma raça (...) de uma perfeição extraordinária.¹

Uma das leituras que se pode fazer do referido discurso é a de que Lula repetia uma ideologia do elogio à mestiçagem, pouco problematizante, presente em autores como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, e muito disseminada no senso comum. Além disso, sua fala mistura Deus, ufanismo, enfim, uma visão demagógica e populista.

Mas creio ser possível interpretá-la de outra maneira. Seu discurso pode ser lido mais próximo à sua experiência. No Dia da Consciência Negra, ele falou amplamente da escravidão negra, mas logo desembocou na mestiçagem. O presidente homenageava a presença do negro como contribuinte equitativo na formação da sociedade nacional, e não apenas como identidade distinta das demais. Depois ainda empregou os termos “galego”, “moreno”, expressões populares para denominar e diferenciar brancos, loiros e homens afrodescendentes ou indiodescendentes, ou uma mistura de todos eles.

Enfim, Lula falava da população não branca, da qual ele faz parte, e como tal já deve ter sofrido preconceito como “nordestino”, ou seja, indivíduo migrante que veio de Estados do Nordeste para o Sul e Sudeste trabalhar e até hoje discriminado nestas regiões, segundo seu fenótipo e sotaque. Por outro lado, pelo fato de ter alcançado o posto político máximo da nação, ele se sentia confortável em fazer um autoelogio.

No Atlântico Norte, no mesmo mês e ano do discurso de Lula, o recém-eleito presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, em sua primeira entrevista coletiva, anunciou que adotaria um cachorro em um abrigo de animais: “Most shelter dogs are

¹ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia em comemoração ao Dia da Consciência Negra. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/20-11-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-em-comemoracao-do-dia-da-consciencia-negra/view>. Acesso em: junho de 2013.

mutts like me” (A maior parte dos cachorros de abrigo são vira-latas como eu). Dois anos depois, no programa da TV Americana “The view”, ele retomou o assunto: “The interesting thing about the African-American experience in this country is that we are sort of a mongrel people, I mean we’re all kinds of mixed-up.” Resumindo, afro-americanos seriam *mongrel people* (outra palavra para vira-latas). Do mesmo modo que Lula, Obama apontava para uma mistura racial na maioria da população de cor, usando termos que muitos entendem como inadequados, ainda que empregados cotidianamente pela maior parte dos brasileiros.

Cito as falas de Obama não apenas para compará-las com as do discurso de Lula, mas porque o termo *mongrel* era absolutamente pejorativo no século XIX e nos ambientes internacionais dos navios, os marinheiros de cor, muitas vezes, foram categorizados com mais esse estigma.

Isaac Land defende a ideia de que, no século XIX, por meio da branquitude e do patriotismo, uma fração de marinheiros norte-americanos e ingleses brancos procuraram se diferenciar dos marinheiros não brancos e representar um homem mais honrado do que a média dos marinheiros. Referiu-se, para reiterar sua hipótese, a uma frase do marinheiro britânico e memorialista John Bechervaise: “a jaqueta azul do verdadeiro marítimo britânico, *not a mongrel*, cobre um coração tomado pelas melhores e mais quentes afetividades.” Berchevaise aceitava que os costumes dos marinheiros eram diferentes dos da sociedade branca em geral, mas que seus sentimentos eram os mesmos. Segundo Land, no século XIX “marinheiro branco levava consigo as virtudes da sua raça e do seu solo nativo (...). Eles eram os agentes e não os inimigos do Império (...), um insulto em corpos brancos num lugar era um insulto a corpos brancos de qualquer parte”.²

Não foi por mera coincidência que os marinheiros do Minas Gerais, um navio da marinha brasileira, chamaram a atenção do estudante Gilberto Freyre quando passeavam pela neve do Brooklyn, Nova York. Em 1921, ele os descreveu em seu diário como “pequenotes, franzinos, sem o vigor físico de autênticos marinheiros”. Em seguida, perguntava-se: “mal de mestiçagem?”³ Freyre foi visitar o navio e estimou que 75% da

² LAND, Isaac. “Sinful Propensities”: Piracy, Sodomy, and Empire in the Rhetoric of Naval Reform. In: RAO, Anupama; PIERCE, Steven (Eds). **Discipline and the Other Body: Humanitarianism, Violence, and the Colonial Exception**. Duke University Press, 2006. p. 102-110. Tradução minha.

³ FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 68.

tripulação eram “de cor”.⁴ O antropólogo deveria entender como autêntico marinheiro justamente o marinheiro anglófono forte, branco e corajoso, difundido no imaginário do Ocidente, pelos romances, revistas e, mais tarde, pelo cinema. Em 1933, no prefácio de *Casa Grande e Senzala*, ele lembrou esse episódio citando uma frase de C.S.Stewart, capelão da Marinha americana⁵ no século XIX, a respeito dos habitantes do Brasil: “the fearfully mongrel aspect of most of the population”.⁶ Numa tradução livre: o aspecto híbrido/vira-lata amedrontador da maior parte da população. No entanto, ele entendeu que esses homens eram na verdade “mulatos e cafusos doentes” e que raça era diferente de cultura.⁷

Talvez a categoria de cor mais complicada seja justamente a tal parda ou a mongrel para os anglófonos. Usamos cotidianamente diversos termos para cores das pessoas, mas é muito difícil chegar num consenso em outras linguagens como a jornalística e a acadêmica. Até hoje não conseguimos nominar adequadamente as cores, por ser um dos nossos grandes tabus devido à história violenta das relações raciais, e porque, parte de nós, gostaria que elas não gerassem desigualdades. Mas é preciso lidar como a cor do indivíduo opera ou é operada nas políticas públicas e relações cotidianas. Vejamos como isto aconteceu no recrutamento e na classificação dos marujos da Armada nas primeiras décadas do Império.

A tripulação da Armada

A Armada é uma das várias instituições criadas com a Independência. Suas primeiras décadas foram naturalmente de consolidação institucional, e a formação da tripulação dos navios foi correlata à formação da nação. Assim, por exemplo, nos navios que estudei das décadas de 1820 e 1830, a maior parte de seus marinheiros era estrangeira e, na década de 1840, o número de estrangeiros ainda era expressivo. É na década de 1850 que o número de nacionais vai superar definitivamente o de estrangeiros.⁸

⁴ GOMES, Ângela Castro (org.) **Em família: A correspondência de Gilberto Freyre e Oliveira Lima**. Campinas: Mercado de Letras, 2005. p. 68-9.

⁵ Trata-se do reverendo Charles Samuel Stewart, que publicou *Brazil and the Plata, the personal Record of a Cruise*. Cf.: STEWART, Charles Samuel. **Brazil and the Plata, the personal Record of a Cruise**. New York: G.P. Putnam & Co, 1856.

⁶ FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. xlvii.

⁷ Ibidem.

⁸ Sobre os estrangeiros na Armada, ver o capítulo 2 da minha tese.

Para compreender a composição das tripulações da Armada Nacional e Imperial, fiz um banco de dados dos registros dos marujos embarcados ao longo de cerca de dois anos nos navios de maior porte de cada década: a fragata Imperatriz (1833-5); a fragata Constituição (1844-46) e a corveta Imperial Marinheiro (1852-54). São cerca de 2239 marinheiros. Há dois grupos principais entre as décadas de 1820 e 1850, quais sejam: os estrangeiros e os que convencionei chamar de nacionais.⁹

Tabela 1
Naturalidade das tripulações da Armada (1823-1854)

Navio	Estrangeiros	Nacionais
Imperatriz (1833-35)	611 (64%)	345 (36%)
Constituição (1844-46)	364 (50%)	363 (50%)
Imperial Marinheiro (1852-54)	180 (32%)	376 (68%)

Além de estrangeiros e nacionais, os marinheiros podem ser divididos entre brancos e de cor. Os classificados como brancos são, na maior parte, estrangeiros. A maioria, classificada sob as várias denominações para homens de cor, corresponde aos nacionais. Nos navios estudados, em média, 90% dos marujos estrangeiros eram brancos e 84% dos nacionais eram “de cor”, como demonstra a tabela a seguir.

⁹ Os registros dos marujos nos navios são agrupados nos chamados livros de socorros. Em cada registro há um campo, em geral, denominado naturalidade, onde são indicadas a província e/ou a cidade da onde o indivíduo é natural ou onde foi recrutado. No caso dos estrangeiros, é indicado o país e/ou cidade de nascimento. No período a palavra nacional não é utilizada, nem tampouco brasileiro (este termo apareceu uma ou outra vez).

Tabela 2
Cores dos marinheiros estrangeiros e nacionais 1833-1854

Navio	Estrangeiros			Nacionais		
	Homens Brancos	Homens de cor	Total	Homens Brancos	Homens de cor	Total
Fragata Imperatriz ¹⁰ (1833-5)	210	18	228	39	186	225
Fragata Constituição (1844-6)	312	22	334	64	193	257
Imperial Marinheiro (1852-4)	122	27	149	50	310	360
Total	644 (91,2)	67 (9,2)¹¹	711	153 (16,2)	789 (83,8)	842

Fontes: AN, Série Marinha, Livros de socorros da fragata Imperatriz XVII M2500 e XVII M 2501; Livros de socorros da fragata Constituição (1844-46): XVII M 490; XVII M 1334; XVII M 1342; XVII M 1374; XVII M 1399; Livros de socorros da corveta Imperial Marinheiro: XVIII M 2303; XVIII M 2311; XVIII M 2312; XVIII M 2323; XVIII M 2324; XVIII M 2325.

Do mesmo modo que usei a expressão “de cor” para comparar nacionais e estrangeiros, dentre os nacionais também se faz necessária a distinção entre caboclos, pretos e pardos.

Tabela 3
Cores dos recrutados e praças nacionais 1833 - 1894

	Pardos e outros mestiços	Caboclos	Pretos	Brancos	Total
Tripulação de navios da Armada (1833-1852)	460 (49%)	178 (19%)	151 (16%)	153 (16%)	942 ¹²
Registros de recrutados nas províncias ¹³ (1836-1864)	149 (60%)	54 (19%)	35 (12%)	45 (16%)	284
Réus em processos criminais da Marinha (1860-1894)	171 (53%)	48 (15%)	49 ¹⁴ (15%)	52 (16%)	320

Fontes: "Tripulação...": AN, Série Marinha, Livros de socorros dos navios Imperatriz (1833-35), Constituição (1844-46) e Imperial Marinheiro(1852-54); "Registros de recrutados...": AN, Série Marinha, Correspondência com presidentes de província, vários maços; "Réus em processos criminais da Marinha:

¹⁰ Apesar de a fragata Imperatriz ter mais tripulantes estrangeiros do que nacionais, só sabemos a cor de 37% dos estrangeiros e 60% dos nacionais.

¹¹ São no total 60 pretos ou pardos, 3 caboclos, 3 morenos e um “indiático” (de Goa).

¹² Havia mais tripulantes nas três embarcações, porém, apenas 942 tinham suas cores identificadas.

¹³ As cores foram definidas pelas autoridades e funcionários que enviavam os recrutados para a Corte em diversas províncias e em alguns requerimentos. Nesta documentação o termo índio é tão utilizado quanto o termo caboclo para identificar indígenas. A lista foi extraída de um banco de dados que fiz a partir de vários maços de correspondência de presidentes de província com o ministro da Marinha.

¹⁴ Incluí no número de pretos 4 fulas e 1 crioulo.

MORGAN, Zachary. **Legacy of the lash, race & corporal punishment in the Brazilian Navy (1860-1910)**. Providence, 2001. Ph.D. Dissertation, Brown University.

Explico o uso que faço da expressão homens de cor. Primeiramente, é um termo utilizado na época estudada. Como os não brancos são indígenas e/ou caboclos, africanos, crioulos e os mestiços - uma mistura variada de pretos, indígenas e brancos - é necessário adotar às vezes apenas um nome, ainda que não seja o ideal. Não se trata apenas da cor da pele, mas de outros aspectos, como cabelos, nariz, ascendência, classe, sociabilidade etc. Todos são alvos de discriminação, ou seja, a associação do fenótipo com a pobreza e inferioridade.

Na Tabela 2 englobei as variadas categorias mestiças sob a denominação “pardo e outros mestiços”, pois em 83% dos casos pardo é o termo utilizado. Os outros termos são morenos, pardo escuro, mulato. Isto aconteceu também com termos que incluí entre os caboclos como tapuios, cafusos e cabras. Ainda assim, quando analiso um indivíduo, uso o termo empregado na documentação.

Finalmente, entendo que muitos descendentes de indígenas foram classificados como pardos, portanto, não acho adequado agrupar pretos e pardos, como se faz frequentemente hoje em dia. Havia, e há, discriminações diferentes entre as várias cores, tendendo a piorar em relação aos indivíduos com pele mais escura, afinal, o estigma da escravidão, ou a proximidade com ela, era o pior de todos entre os homens de cor.

O que dizer da média de 16% de recrutas ou marinheiros brancos? Segundo o príncipe viajante Maximiliano de Wied-Neudwied, uma parte da população era branca ou “presumidamente branca”. Vários viajantes fazem comentários semelhantes. José Bonifácio, preocupado com questões de heterogeneidade dos habitantes do Brasil, usou a expressão “brancos inferiores”, aos quais, junto dos mulatos, não se devia permitir que vivessem “na miséria e na indolência”.¹⁵ Hoje em dia ainda existe na linguagem oral do Rio de Janeiro a expressão “branco sujo”. Todas estas expressões atribuem pobreza ou algum grau de miscigenação a esses brancos. Acresce que, dentre os brancos listados, havia certamente um número considerável de portugueses naturalizados. É o caso de Bartholomeu da Silva, embarcado em 1933, na fragata Imperatriz, que foi registrado

¹⁵ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **José Bonifácio: Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 154.

com a rara expressão “brasileiro adotivo”.¹⁶ A cor era uma marca fundamental, mas a frequente atribuição de “vadio” enredou uma minoria de brancos no recrutamento, tanto nacionais quanto estrangeiros, principalmente portugueses, que podem ter sido registrados como brasileiros.

Em alguns casos, a cor do recruta muda conforme o registro. Manoel Pacífico de Barros, auto identificado como índio em seu requerimento para o Imperador, foi registrado no livro de assentamento de recrutas como pardo de cabelos crespos, e no livro de registros do Batalhão Naval, como moreno de cabelos lisos.¹⁷ Em 1862, o menor Henrique Fagundes, requerido como escravo pardo pelo gaúcho João Fagundes, foi registrado como branco em seu assentamento.¹⁸ A cor e seus variados vocábulos e significados mudam segundo os indivíduos, os interesses, o espaço e o tempo.

Em vez de homogeneizar, quando adotadas, as expressões “população de cor”, “pardo” ou “mestiço” pretendem englobar justamente todas as categorias utilizadas naquela época. O que era moreno para um escrivão poderia ser pardo para outro ou, ainda, cabra para um terceiro; pardo-escuro podia também ser crioulo, além de um pardo ou caboclo passar por branco.

Cor e recrutamento geraram diversas controvérsias. Em 1832, segundo o periódico *O mulato ou o homem de cor*, o “escritor público”, cadete e negociante Mauricio José de Lafuente foi detido para recruta na presinganga: “teve o infeliz homem de cor a sorte de ser marinheiro, depois de ter sido cadete”. Homem de imprensa, já havia sido detido e processado pelo envolvimento em um motim político no Paço. Mas o jornal atribuía a sua segunda prisão à “pecha de ser mulato”.¹⁹

Em visita à recém-inaugurada Companhia de Aprendizes Marinheiros da Bahia, em 1859, o Imperador anotou em seu diário: “os meninos têm bom aspecto, e alguns são muito galantes. O intendente mostra-se avesso à admissão dos de cor, o que não convém de nenhum modo”.²⁰ Em 1857, de fato, o comandante da recém-inaugurada escola comunicou ao seu superior que não admitia pretos e, quando os recebia, os enviava para a Escola de Aprendizes do Arsenal do Exército, onde eram aceitos. No seu ponto de

¹⁶ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (doravante AN), Série Marinha, Livro de socorros da fragata Imperatriz, XVII M 2500.

¹⁷ AN, Série Marinha, XM 69, Correspondência com o presidente de Sergipe.

¹⁸ AN, Série Marinha, XM 1160, Requerimentos, 1862.

¹⁹ *O mulato ou o homem de cor*, n. 4, 22/10/1832. Citado em LIMA, Ivana. S. **Cores, marcas e falas. Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 53-4.

²⁰ D. PEDRO II. **Diário de viagem ao Norte do Brasil**. Salvador: Universidade da Bahia, 1959. p. 51.

vista, a rejeição a pretos e pardos escuros tornava a escola mais atraente para voluntários.²¹ No sul do Império, em 1860, uma denúncia anônima em um jornal acusava o Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina de maus tratos aos menores, corroborando a cor de um dos seviciados: “negará o Sr. Coutrim que (...) mandou castigar pelo guardião na frente da companhia, com duas dúzias de bolos, *um menino de cor branca, filho de estrangeiro* e de excelente comportamento?”²² (grifo meu)

O homem pardo, livre, que une duas das principais categorias populacionais do Império, a cor e a condição, aparece em destaque nas estatísticas do recrutamento, tanto quanto nos mapas de população de época. Apesar de a escravidão ser estrutural naquela sociedade, e em média atingir, no período estudado, 30% da população total, a existência de uma maioria parda dentre os livres é um dado tão importante quanto a própria escravidão.

A história de José Pereira da Silva demonstra o que entendo como polissemia do pardo. Este órfão maranhense ingressou na Armada voluntariamente – algo raro para o período – aos 13 anos, em setembro de 1847.²³ Foi assentado como segundo grumete, cor caboclo e tornou-se criado do capitão da escuna Pavuna. Meses depois, o francês Carlos Le Blon requereu o “pardinho acaboclado” José como seu escravo, pois afirmava que o comprara de uma leva de escravos vindos do Ceará. José, por sua vez, recorreu ao Imperador alegando ser “caboclo legítimo” e filho de pais livres. Os dois requerimentos geraram diversas discussões dentro e fora da Marinha, envolvendo o oficial maior, o chefe do quartel, o chefe da polícia, o ministro e o auditor da Marinha, o juiz da Primeira Vara da Corte e um delegado de polícia. O chefe do quartel, Jacinto Roque de Sena Pereira,²⁴ tomou as dores de José, alegando que, além dele ser “filho do Brasil”, ele era do Maranhão e não do Ceará, como testemunhou outro marujo maranhense que o conhecia. Sena Pereira escreveu ao ministro, resolutivo: “A influência da riqueza e das relações de qualquer que se intitula senhor do suplicante só pode ser neutralizada pelo governo, os miseráveis caboclos só nele podem achar defensor.” Carlos Le Blon, de

²¹ Arquivo Público da Bahia, Escola de Aprendizes-Marinheiros.

²² *O cruzeiro*. Desterro, SC, 3/5/1860.

²³ Todos os ofícios estão contidos no maço AN Série Marinha, Correspondência com o chefe de polícia, XM 5, com exceção do próprio requerimento de José incluído contido no maço XM 1163, doc 5 Requerimentos.

²⁴ Jacinto Roque de Sena Pereira foi ministro da Marinha (1839-1840) e chefe da esquadra naval do Prata, durante a guerra da Cisplatina.

fato, era um francês rico, influente e bem relacionado, dono de terras no atual bairro Leblon, no Rio de Janeiro.²⁵

Tanto o requerimento de José, alegando ser caboclo e, portanto, não escravo, quanto o de Le Blon, alegando o fato de José ser propriedade sua, foram apresentados ao Auditor Geral da Marinha, José Lisboa, e ao Oficial Maior da Marinha, Manoel Carneiro Campos. O primeiro deu um parecer contrário à entrega de José ao seu suposto dono, considerando sua origem cabocla, portanto, não passível de escravidão. Já o segundo, nas margens do parecer do primeiro, entendeu que o assunto não cabia à Marinha, desse modo, o menino devia ser entregue ao Secretário da Polícia, cuja jurisdição poderia tratar da liberdade ou escravidão do menor. Para Campos, “ninguém por certo deixará de reconhecer quão incompatível é com a honrosa classe militar da Marinha e Guerra, contar no número dos praças dos corpos respectivos, homens que não forem notoriamente livres, para gozarem do título de cidadãos”. Le Blon apresentou, finalmente, um processo levado a cabo na Segunda Delegacia de Polícia da Corte e confirmado pela Primeira Vara de Justiça, que continha os documentos da venda de José pelo seu senhor de Sobral a José Vasconcelos Smith, rico morador de Fortaleza, que o enviou em consignação para ser vendido na Corte, onde foi adquirido por Le Blon. José foi entregue ao chefe de polícia, que o devolveu ao suposto dono, pois considerou legítimas as provas de cativo apresentadas.

Essa história mostra um pouco como a questão da cor foi manipulada politicamente durante o século XIX, segundo os interesses relacionados aos assuntos de liberdade e cativo, enfim, de trabalho compulsório. No caso de José, seu suposto dono o chamava “pardinho acaboclado” para legitimar sua escravidão. Nos assentos da Marinha, no campo “cor”, ele foi classificado de caboclo. Isso confirmava sua procedência indígena, e facilmente ele poderia ter sido classificado como pardo. Ao longo dos séculos XIX e XX, chamar uma grande parte de descendentes de africanos e indígenas de pardos era uma tendência crescente. Se, por um lado, escravos pretos poderiam tornar-se pardos quando libertos, indígenas eram transformados em pardos para serem escravizados, ou caboclos, para serem incorporados à sociedade nacional. Mais adiante a palavra caboclo desapareceria das estatísticas governamentais. Segundo Ivana S. Lima o percurso de transformação de índio para caboclo e finalmente pardo

²⁵ Suas atividades empresariais abrangiam desde a pesca de baleias até a companhia de seguros.

nas estatísticas governamentais entre os séculos XIX e XX fez parte de um projeto de extinção de aldeamentos, onde o argumento da mestiçagem era o mais utilizado.²⁶ Os índios e seus descendentes foram em parte extintos pela sua invisibilidade das nomenclaturas de cor e depois raciais. Cabe ao historiador (e não somente ao geneticista) encontrar as pistas deste desaparecimento.

Os caboclos

Encontrei, faz poucos dias, uma centena de recrutas recém-chegados de uma província do Norte. A maioria era de cor, um terço eram índios. Eles se alistam por quanto tempo? – perguntei. Eles absolutamente não se alistam, responderam-me. São agarrados e obrigados a servir. Os presidentes de Província têm ordens para enviar todos os indivíduos desordeiros, e tantos índios quanto puderem apanhar.²⁷

Thomas Ewbank, *Life in Brazil*

Em 1860, o índio Manoel Pacífico de Barros, 24 anos, foi enviado como recruta pelo capuchinho Frei Dorotheo Loretto, religioso responsável pelo aldeamento de São Pedro, em Porto da Folha, Sergipe. O frei teria atendido à solicitação do presidente da província de remeter para a Armada índios “rixosos e turbulentos”. Há registros na região tanto do medo e a conseguinte fuga, quanto de conflitos causados pelo recrutamento. Em 1827, indígenas de um aldeamento próximo, Pacatuba, invadiram a cadeia de Vila Nova para libertar o seu líder, que se encontrava preso como recruta para a Marinha.²⁸ Segundo o Imperador d. Pedro II, quando visitou aquelas paragens em 1859, as mulheres de Barra de Panema, povoado próximo ao Porto da Folha, acreditavam que o vapor em que viajava “carregaria todos os homens no caso de assentarem praça”.²⁹

O índio Pacífico não escapou de sua sina e, dez meses após ter chegado à Corte, jurado a bandeira e ter sido assentado como caboclo no batalhão naval, dirigiu um requerimento ao Imperador:

²⁶ LIMA, Ivana S. Op. Cit., p.120.

²⁷ EW BANK, Thomas. **Life in Brazil; or A journal of a visit to the land of the cocoa and the palm.** New York: Harper & Brothers Publishers, 1856. p. 278. Tradução minha.

²⁸ DANTAS, Beatriz et al. Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico, In: CUNHA, Manuela C. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.448.

²⁹ D. Pedro II. **Diário de viagem ao Norte do Brasil.** Op. Cit., p. 134.

Mui submisso e respeitosa-mente prosta-se aos honrosos pés de V. M. Imperial, o índio Manoel Pacífico, um daqueles que foi parte na representação feita à V. M. Imperial contra o rev. Frei Dorotheo do são Francisco e Tenente Coronel Manoel Gonsalves que tentaram expulsar-nos das terras que V. M. Imperial se dignou ceder-nos com sua decisão quando visitou as províncias do Norte.

Imperial Senhor com a retirada de V. M. Imperial para esta corte não foi o bastante ter deixado as necessárias ordens ao presidente da Província do Aracajú (...) abusando aquela autoridade das ordens soberanas com nossa expulsão e conseguiu remeter para esta corte para o serviço da Armada.

E como me acho com praça no Batalhão Naval, imploro à V. M. Imperial mandar escusar-me do serviço atendendo as injustiças que tenho sofrido. Até meus papéis depois que aqui cheguei tenho mandado os ver e a resposta que tenho tido de minha família é que o mesmo Frei Dorotheo se tem negado a querer dá-los. Certo da magnanimidade de um bem-fazejo coração de V.M. Imperial (...). O infeliz índio da missão de S. Pedro Manoel Pacífico com praça no Batalhão Naval.³⁰

Diante dos conflitos pela terra, da imposição do missionário e do recrutamento militar, Pacífico exigia o cumprimento da lei. Seu trunfo era a promessa de posse da terra, assegurada pelo próprio Imperador. É provável que o ministro, diante da submissão que o índio ainda preservava ao poder simbólico do Imperador, tenha respondido a favor do requerimento. Pacífico lutava contra o missionário, o tenente e o presidente da província, mas preservava o respeito à “magnanimidade do benfazejo coração” do Imperador, deixando claro fazer parte do seu vasto Império. Em troca, era necessário obter direitos para preservar sua própria nação.³¹

Nos navios estudados, de 1830 a 1850, os classificados como caboclos, cafusos ou cabras no item “cor” dos Livros de socorros somam em média 20% dentre os nacionais. Certamente, dentre os classificados como morenos ou pardos, há indígenas ou seus descendentes. Se seguirmos pelo tipo de cabelo, outra característica de identificação, poderíamos dizer que cabelo preto indica predominância de origem indígena. Explico: em relação ao “cabelo” todos os caboclos os têm preto, com exceção de alguns que têm cabelo corredio ou liso. Por sua vez, todos os homens pretos têm apenas cabelos grenhos ou carapinhas. E, finalmente, os pardos têm cabelos carapinhos,

³⁰ AN, Série Marinha, XM 69, Correspondência com o presidente do Sergipe, 1861.

³¹ Em seu diário, o Imperador mencionou a existência de mais ou menos cem índios entre os muitos portugueses na aldeia de São Pedro. Registrou a queixa de roubo de terras dos primeiros contra os segundos. O frei Loretto alegou ao Imperador que os índios eram indolentes e, já que não plantavam, dava terras aos “pobres”. Os índios ainda reclamaram que o frei impedia, nas palavras do Imperador, “batuques, bebedeiras e preguiça de trabalhar”. D. Pedro II, precisando demonstrar generosidade com todos que cruzavam seu caminho, talvez tenha prometido a integridade das terras aos índios, mas, pelo que escreveu em seu diário, parecia ter mais empatia com o frei. D. Pedro II. **Diário de viagem ao Norte do Brasil**. Op. Cit., p. 133.

grenhos e pretos, e os morenos, em geral, têm cabelos pretos. Assim, na fragata Constituição, há 24 pardos e 19 morenos com cabelos pretos, e no Imperial Marinheiro, há 84 pardos e 3 morenos de cabelos pretos. Se meu raciocínio estiver correto, a porcentagem de indígenas ou seus descendentes entre os nacionais pode subir para 30%, na fragata Constituição, e 44%, na corveta Imperial Marinheiro.

Esse forte contingente caboclo na corveta Imperial Marinheiro corresponde à visão do tenente Sabino Eloy Pessoa, tripulante dela em uma viagem à Europa, entre 1857 e 1858. Ele descreveu o marujo brasileiro genérico como “caboclo”, em resposta à revista naval inglesa *United Service Magazine*, na qual se lia que os “brasileiros não eram idôneos para a vida do mar”:

Qual é em todo mundo o tipo mais perfeito do marinheiro se não é o caboclo dos nossos grandes rios, mesmo dos nossos sertões?

Quem mais denodado e inteligente no combate? (...) Mais paciente e resignado, mais respeitador da disciplina?

Imperial Marinheiro, não é ele, sendo principalmente indígena que atira ao alvo como Guilherme Tell, quem maneja o sabre como um mestre de armas, que combate no campo raso como um zuavo? Não é ele (...) o mais destemido gajeiro e o nadador por excelência?

No interior dos bosques, seguindo a pista do inimigo, sofrendo privações desconhecidas na Europa...³²

Essas palavras poderiam ter sido citadas nas páginas de um romance indianista contemporâneo à publicação do livreto do tenente. *O Guarani* de José de Alencar, por exemplo, havia sido publicado em 1857. Pessoa era um homem culto, como se depreende de seu relato de viagem e de uma das suas ocupações na Marinha: foi o responsável pela biblioteca por alguns anos. Conhecia história, geografia, ciências exatas, frenologia, literatura; citava a cântaros os versos de Camões. Ele defende o marujo brasileiro, retratando-o como herói indígena. Mas, para além de sua sintonia com a literatura contemporânea, a imagem que tinha do marujo caboclo não pertencia apenas ao campo do simbólico. Apesar de sua descrição literária, ele não era o índio morto do romance indianista. Pessoa conhecia bem a tripulação dos navios, onde a presença indígena, ou de seus descendentes, não era pequena. Mas, para complicar mais, tampouco era pequena a presença de pretos e pardos descendentes de pretos que, aí sim, ele provavelmente como indigenista quis elidir.

³² PESSOA, Sabino E. **Viagem da Corveta Imperial Marinheiro nos annos de 1857 a 1858 a diversos portos do Mediterrâneo e do Atlântico**. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil, 1860. p. 17-8.

O viajante Thomas Ewbank deixou seu testemunho de estrangeiro a respeito desses marujos caboclos, quando visitou a Ilha de Boa Viagem, na Baía de Guanabara, onde ficava a Escola de Aprendizes Marinheiros da Corte. O norte-americano ficou intrigado com um sentinela de mosquetão e baioneta, e outro que carregava uma caixa de cartuchos e trazia uma espada à mão. Segundo suas palavras, “nenhum desses guerreiros ia além de quatro pés de altura nem dez anos de idade. Percebo que um deles era índio. O que tudo isso significa, não concluí (...)”.³³ No ano em que visitou a Escola, havia 27 aprendizes embarcados na fragata Constituição, todos vinham das províncias do Norte, sendo que 16 eram caboclos e 11 eram pardos (alguns desses últimos, com cabelo corredio).³⁴

Ewbank foi informado que os indígenas tinham boa fama como marítimos. Ainda assim, questionou um discurso muito difundido durante os períodos colonial e imperial, reproduzido pelo próprio comandante da Escola de Aprendizes que o recebeu: “os aborígenes, os selvagens e os mansos ligam pouco para os filhos, às vezes, vendendo-os por um trago de cachaça, e que seus filhos não dão importância maior aos pais”. Ewbank inquiriu um indiozinho do Amazonas a respeito de sua família. Ele respondeu que o seu pai estava morto e queria voltar para a sua mãe.³⁵ Nessa época, três dos índios foram recrutados por uma expedição de engajamento de indígenas no Espírito Santo: os botocudos Jumbrá e seus dois filhos. Uma vez consentido o engajamento, o pai pediu para acompanhar os filhos a fim de conhecer seu destino. O fato é que, se havia alguma permissividade da parte dos índios nas trocas de bens por pessoas, as autoridades e particulares também se fiavam em uma atribuída ausência de valores familiares, por meio da qual trocavam ou forçavam a troca de objetos ou dinheiro por suas crianças. Em outras palavras, tratava-se de uma compra, muitas vezes forçada. Mas, ao menos, em duas expedições da década de 1840, de engajamento para a Armada, no Espírito Santo e no Pará, essa suposta troca ocorreu em pouquíssimos casos. O resultado foi a partida de poucos rapazes, fato que deve ter contribuído para uma política mais agressiva nos anos seguintes.

³³ EW BANK, Thomas. **Vida no Brasil**. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1976. p. 196.

³⁴ AN, Série Marinha, Livro de socorros de aprendizes marinheiros da fragata Constituição, XVII M 1344, 1846.

³⁵ EW BANK, T. **Vida no Brasil**. Op. Cit., p. 196.

A militarização dos índios era uma tradição colonial das Américas. No século XIX o recrutamento de indígenas estava na agenda do processo civilizatório. A inserção dos índios na “sociedade nacional” podia e devia ser feita por meio do trabalho. De início, foram classificados de caboclos, pardos e até mesmo brancos, sendo que hoje muitos estão miscigenados na população negra, parda e branca, desse modo, a palavra “caboclo” deixou de ser uma classificação de cor para ser utilizada basicamente na linguagem oral, portando inúmeros significados, dentre os quais indígena, mestiço de indígena com branco, caipira, matuto, personagem de folguedo etc.³⁶

Os índios trabalharam durante toda a colonização, ora ao lado dos escravos, ora onde estes eram insuficientes. As capitânicas, e depois províncias, como São Paulo, Pará e Espírito Santo, possuíam grande contingente de índios e seus descendentes fazendo todo tipo de trabalho, às vezes, remunerado, às vezes, compulsório e às vezes, escravo. Em 1824, o presidente do Espírito Santo explicava as dificuldades de enviar índios para a Armada. Dada a falta de escravos naquela província, eram os índios os fornecedores de farinha de mandioca para a capital.³⁷

Na década de 1820, várias decisões e portarias requeriam índios para os navios e arsenais da Armada. Uma portaria de junho de 1824, expedida para Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro, Espírito Santo e Pará, determinava que “os índios enviados, logo que se reconheça a Independência deste Império serão (...) restituídos à sua província quando requeiram regressar”.³⁸ Em dezembro de 1825, foi aprovada a criação de uma companhia de índios para o serviço do Arsenal da Marinha do Maranhão e dos navios da Armada.³⁹

Na década de 1830, um aviso declarava que os índios eram “pacientes nos trabalhos, sóbrios e mui subordinados à disciplina”, ao contrário dos marinheiros recrutados na Europa que, além de onerosos, eram insubordinados e propensos à deserção.⁴⁰ No entanto, eles não eram necessariamente submissos. Em 1827, alguns remadores indígenas vindos de aldeias de Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro abandonaram

³⁶ Ver verbete no dicionário **Houaiss de Língua Portuguesa**.

³⁷ AN, Série Marinha, XM 84, Correspondência com o presidente do Espírito Santo, 29 de julho de 1842.

³⁸ AN, Série Marinha, XM 84, Correspondência com o presidente do Espírito Santo.

³⁹ Decisão n. 284, 20 de dezembro de 1825. **Coleções das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1825**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881. p. 200.

⁴⁰ Aviso de 3/6/1837. Coleção das leis do Império do Brasil, 1837.

o Arsenal da Corte por falta de pagamento e foram declarados desertores.⁴¹ Naquele período, o presidente da província da Bahia mencionou sobre o transporte de “recrutados e índios” para a Corte. Nesse sentido, apesar de ser recruta, o índio era visto como uma categoria diferente.

Em 1837, dois avisos determinavam o emprego de crianças indígenas: o primeiro requeria meninos de sete a dez anos como aprendizes no Arsenal da Marinha da Bahia, em troca de alimento e vestuário. O segundo, jovens de 13 a 20 anos aptos para o serviço da esquadra. Antonio Faustino foi recrutado em 1837, aos dez anos, como menor indígena, algo perfeitamente legal no período. Seu destino na Marinha foi duro. Ficou na Companhia de Menores por cinco anos. Aos 16, ingressou como primeiro grumete, e pelo menos nos dois anos seguintes continuou como tal, na fragata Constituição, recebendo 4\$800 réis de soldo.⁴² Passou toda a sua adolescência na Marinha, e durante sete anos não ascendeu na carreira.

Na Sexta-feira da Paixão de 1845, o capitão-tenente Felipe José Ferreira da Marinha, acompanhado por um soldado, chegou a Vitória no Espírito Santo, de onde iniciou algumas incursões na província com o intuito de recrutar índios para a Armada. Ele prometia 5\$000 réis para quem indicasse um índio apto, e 80\$000, roupa, comida e abrigo para um engajado; além de um soldo que variava de 4\$000 a 12\$000 réis⁴³ (correspondente aos soldos mínimos e máximos que um marujo poderia ganhar durante todo o serviço). Nas instruções do ministro da Marinha para a expedição, limitava-se a 120\$000 réis o custo de engajamento por cabeça. Orientava-se a travar “amizade com seus chefes, fazendo a estes alguns presentes dos objetos, a que eles dão grande apreço”. Ele poderia gastar com presentes, dinheiro em espécie ou, ainda, com a indenização a proprietários de terras que os mantinham como trabalhadores!⁴⁴ 120\$000 réis eram mais ou menos o que se gastava para engajar estrangeiros em 1835. Na década de 1840, o engajamento de estrangeiros diminuía, e as políticas internas de recrutamento recrudesciam.

⁴¹ SOARES, Carlos E.L. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro 1808 – 1850**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 277.

⁴² AN, Série Marinha, XVIII M 490, Livro de socorros fragata Constituição, 1844-5 e XM 128, Correspondência com o presidente do Maranhão, 1837.

⁴³ AN, Série Marinha, XM 13. Correspondência com o presidente do Espírito Santo, diversos ofícios do capitão-tenente Felipe José Ferreira ao ministro da Marinha Francisco de Paula H. Cavalcante de Albuquerque, março a julho de 1845.

⁴⁴ Em 1808, estava previsto o trabalho compulsório dos indígenas capturados em regime de guerra justa. A lei foi abolida em 1831, mas o costume continuou.

Segundo o próprio tenente, os índios lhes tinham terror, pois corria a notícia que 80\$000 réis correspondiam ao preço de compra dos índios, pela qual eles jamais poderiam voltar “à sua pátria”.⁴⁵ Conforme Thomas Ewbank, na década de 1840, um índio no Ceará era comprado por no mínimo 70\$000 réis.⁴⁶ Em Vitória, apenas um índio rendeu-se às suas promessas. Diante da resistência encontrada, ele dirigiu-se a São Mateus, mais ao sul. Ali, advertiu aos seus superiores que a tentativa de não engajá-los à força era “improfícua missão”, pois, além de desconhecer as vantagens que o governo lhes oferecia, havia pessoas que lhes persuadiam a não aceitar e “que desfrutam o trabalho deles por bem diminuto estipêndio!”

Havia exploração do trabalho indígena no Espírito Santo. Mas as informações do serviço militar eram bastante conhecidas, ao contrário do que dizia o tenente. Ele próprio afirmou que as pessoas “que lhes convenciam do horror do recrutamento” eram desertores do Exército e da Armada que infestavam aqueles sertões. A fuga do recrutamento era uma escolha: os índios preferiam trabalhar por pouco, desde que pudessem viver em sua terra natal ou, pelo menos, próximo às suas famílias. Muitos índios do Espírito Santo tornaram-se soldados de tropas locais do Exército, mas o recrutamento para alhures não correspondia às suas expectativas de adaptação ao contato. O mesmo aconteceu em uma expedição realizada no Pará: em 1848, as autoridades reclamavam da preferência dos ribeirinhos de continuar em regime semi escravo a servir às Forças Armadas.⁴⁷

O tenente Ferreira continuou sua missão capixaba na Vila da Barra, onde o fazendeiro e comendador Antonio Rodrigues Cunha lhe cedeu dois botocudos, logo embarcados em uma sumaca para a Corte. Ele deve ter recebido em troca uma “indenização”, como previam as instruções do engajamento. A partir de então, junto do subdelegado e do comendador Cunha, fez incursões pelos sertões para encontrar índios. Durante essas viagens, fixou e distribuiu editais entre os inspetores dos distritos, contendo “as condições vantajosas que benignamente o governo imperial lhes oferece”. Após voltar dessa última expedição, concluiu: “é incompatível fazer o engajamento da

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ EW BANK, Thomas. **Life in Brazil; or A journal of a visit to the land of the cocoa and the palm.** Op. Cit., p. 323.

⁴⁷ AN, Série Marinha, XM 107, Correspondência com o presidente do Pará.

maneira que o Governo pretende”. As instruções para o engajamento formuladas no Ministério autorizavam o tenente a:

(...) conseguir que os indígenas se prestem a vir servir na Armada, a lançar mão de todos os meios que sua perspicácia lhe sugerir, não se servindo jamais para com tais indivíduos de meios coercivos ou aterradores: pelo contrário Vmce. lhes fará conhecer por vias de persuasão e doçura, quanto eles podem lucrar e melhorar, empregando-se no serviço do Império, onde acharão que deles trate com o vestuário necessário, e alimento regular, independentemente dos riscos e fadigas de vida nos bosques.⁴⁸

Dois meses depois, com apenas dez índios engajados, entre eles os botocudos Jumbrá e seus dois filhos, o tenente escreveu um parecer sobre as relações com os indígenas na província:

com eles nenhum arranjo tenho podido efetuar por serem mui desconfiados, e pouco ambiciosos; sendo o seu maior prazer comerem muito e viverem ociosos com duas e três mulheres! (...) Tenho tentado com os donos dos sítios ver se é possível havê-los com algum engano, e mesmo lhes tenho oferecido vantagens; mas eles receiam que forçando-os lhes sobrevenham perseguições e preferem tê-los como amigos, ainda sofrendo deles e das mulheres cotidianos prejuízos e estragos que lhes fazem nos roçados, que entregá-los enganados (...).⁴⁹

Dois anos depois, um aviso de julho de 1847 havia instituído o engajamento de índios para o serviço naval dentre as populações ribeirinhas do Pará. No entender do presidente da província, em março de 1848, a missão já estava muito cara e ineficiente: gastava-se cerca de 3:000\$000 réis por mês, “entretanto, o número de indivíduos agarrados com o nome de engajados é insignificante”.⁵⁰ Coelho sabia que na verdade ocorria recrutamento forçado, por isso reclamava aos agentes de engajamento o abuso de “recrutarem crianças arrancadas violentamente a seus pais e a seus lares”. Nas suas palavras, se tal método continuasse, resultaria “que ao subir as águas do Amazonas, e seus confluente, algum navio nacional, muitos moradores abandonam suas habitações, e embrenham-se pelos matos; e a bandeira nacional, quando surge tremulando por esses remotos lugares em vez de causar satisfação e alegria, espalha o terror”.⁵¹

⁴⁸ AN, Série Marinha, XM 13, Correspondência com o presidente do Espírito Santo, diversos ofícios do capitão-tenente Felipe José Ferreira ao ministro da Marinha Francisco de Paula H. Cavalcante de Albuquerque, março a julho de 1845.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ AN, Série Marinha, XM 107, Correspondência com o presidente do Pará.

⁵¹ Ibidem.

Coelho questionava uma prática comum antes do seu governo. Há registros, em 1846, de “voluntários” do engajamento de indígenas no Rio Xingu, na vila de porto de Mós, promovido pelo capitão de fragata Francisco de Paula Ozório. Ele levava os engajados, a maioria composta de menores, e seus responsáveis para a casa de Juiz de Paz e ali era assinado um termo de engajamento. Em uma amostra de sete, havia dois curadores, uma avó, dois pais, uma mãe e um patrão. Todos os ditos responsáveis recebiam indenizações entre 14\$000 e 15\$000 réis. O patrão do índio Mura, Victorino José, e o curador do índio José Policarpo Pereira receberam de indenização um valor que seu fâmulos e seu pupilo, respectivamente, “lhe deviam”. Enquanto valores similares foram cedidos aos parentes a modo de gratificação. Todos esses jovens, segundo o termo de engajamento, deveriam servir por seis anos, recebendo um salário inicial de 7\$000 réis, após esse tempo teriam sua volta para casa assegurada.⁵²

Ao mesmo tempo em que o governo criava expedições nas matas em busca de indígenas, muitos homens destribalizados que já viviam em cidades eram identificados como caboclos, cabocolos ou tapuias e enviados para a Corte como índios ou vadios.

Em 1848, sob a justificativa de vadio, o “tapuio claro” Ladislau Davino de Jesus, de 17 anos, foi recrutado em São Luís, Maranhão. Sua mãe Thereza de Jesus escreveu um requerimento contundente para o presidente da província, o qual foi indeferido. Meses depois, ela escreveu ao Imperador:

Já que nesta província não se faz justiça vem por meio desta perante o trono augusto de VMI pedir uma graça da qual se julga digna (...) mãe de dois filhos menores Ladislau de 17 e Rodrigo de 11. O primeiro aprendendo a prático de Barra desta cidade (...) e neste exercício ganhava o necessário alimento para sustento não só da suplicante mas como de seu pequeno irmão. Porém uma inaudita perseguição foi feita inopinadamente à suplicante por um tenente da marinha de nome Severiano Nunes, que (...) não atendendo a viuvez, pobreza e costumes repreensíveis da suplicante que sem os socorros ministrados por este filho, *virá a mendigar de porta em porta o pão de cinzas* (...) Nada há pior neste mundo do que a opressão revestida de formas legais.⁵³

Uma vez mais, seus esforços foram em vão, a sua súplica não foi atendida pelo Ministério da Marinha. Ladislau foi recrutado não como índio, mas devido à frase lacônica, escrita na margem do requerimento pelo tenente recrutador de São Luís: “é vadio”.

⁵² AN, Série Marinha, IM 483, Engajamento de indígenas.

⁵³ AN Série Marinha, XM 1143, doc 26, Requerimentos, 1862.

Os flagelados das secas do século XIX tornaram-se recrutas. Nas palavras de Peter Beattie, “garantir o recrutamento de vítimas da seca era uma medida criativa para prover ajuda sem onerar os cofres públicos provinciais”.⁵⁴ Segundo o presidente da província do Ceará, a seca de 1845, que assolou a “classe pobre”, gerou uma boa notícia para o recrutamento: 120 pessoas, incluindo 100 crianças, a maioria certamente órfã.⁵⁵ Provavelmente parte desses meninos seja os curumins referidos por Thomas Ewbank, em seu relato sobre o Brasil. Em 1846, ele passou uma tarde na Corte com um deputado cearense que viu a seca de perto. Dentre os horrores da fome descritos, contou que pais e mães indígenas estavam vendendo seus filhos para a Marinha em troca de comida: “Antes era muito difícil conseguir um indiozinho por menos de setenta mil-réis, mas agora os seus pais, não tendo o que dar de comer, nem o que comer, oferecem-nos facilmente por dez”.⁵⁶ Segundo Ewbank, no Rio de Janeiro, os índios eram negociados como escravos, do mesmo modo que os pretos. Este, muito provavelmente, foi o caso do pardinho acaboclado José da Silva, cuja história foi contada na seção anterior.

Pretos, escravos e forros

A história de um “vadio”: o pardo forro Hermógenes José Ribeiro⁵⁷

Em 25 de fevereiro de 1842, Hermeto Carneiro Leão, o presidente da província do Rio de Janeiro, entregou como recruta à Marinha o “pardo Hermógenes”, enviado pelo juiz de direito interino de Angra dos Reis e cujo motivo do recrutamento era simplesmente “vadio”. Em 13 de abril, Hermógenes José Ribeiro, “pardo forro”, contratou um procurador para escrever um requerimento ao Imperador, ao qual anexou documentos, como a sua certidão de batismo, carta de alforria, passaporte, entre outros.

Hermógenes José Ribeiro nasceu em 1796, na Corte, escravo e pardo, filho de Madalena, uma escrava da nação Songa, propriedade de Sebastião Pereira Barbosa e de algum pai mais claro do que sua mãe.

⁵⁴ BEATTIE, Peter. **Tributo de sangue: Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864 - 1945**. São Paulo: Edusp, 2009.

⁵⁵ Arquivo Público do Ceará. Correspondência do Governo da Província ao ministro da Marinha. Ala 2, Estante 25, cx. 142.

⁵⁶ EW BANK, Thomas. **Life in Brazil; or A journal of a visit to the land of the cocoa and the palm**. Op. Cit., p. 323. Tradução minha.

⁵⁷ AN, Série Marinha, XM 84, Correspondência com o presidente do Rio de Janeiro, 1842. Todos os documentos citados, a seguir, se encontram neste maço.

Anos mais tarde mudou-se para Paraty, onde passou a ser escravo do capitão-mor João Raymundo dos Reis, dono de fazenda na freguesia de Mambucaba. Ali, casou-se com a crioula Agostinha Maria de Jesus, escrava da casa. Em 1834, depois da morte de seu dono, passou a pertencer a Joaquim José Bonina, morador da Corte, a quem seu antigo dono devia dinheiro.

Em 1837, pagou a última prestação de sua alforria e passou a ser profissional autônomo na Corte. No início de 1841, Manuel Esteves da Nóbrega, vigário de Angra dos Reis, o contratou para construir uma casa na sua fazenda em Piraquara. Depois de um ano, o padre alegou que “o pardo Hermógenes” andava concubinado com sua escrava, a mulata Aurélia, e o dispensou do serviço.

O padre ainda reclamou que ele teve “o atrevimento de insultar-lhe com palavras” e na noite de 20 de fevereiro veio com um bacamarte, arrombou a janela do quarto de Aurélia e, quando os dois estavam prontos para fugir, as outras escravas, despertadas pelo barulho, retiveram a mulata, e apenas Hermógenes fugiu.

O clérigo escreveu ao Juiz de Direito prestando queixa e pedindo que, além de preso, Hermógenes fosse recrutado e enviado à “Campanha do Sul”.⁵⁸ Naqueles dias, para garantir a distância do acusado, escreveu igualmente para um tenente da polícia e para o chefe da polícia do Rio de Janeiro, Eusébio de Queiróz. Ele ainda quis certificar-se de que Hermógenes não apresentaria a isenção de casado, desse modo o acusou de ter abandonado a esposa há oito anos, e de ter roubado e ocultado, por muito tempo, uma escrava de José da Silva em Mambucaba, Paraty. De fato, oito anos antes, ele deixara a mulher, não por abandono, mas simplesmente por ter sido a moeda de pagamento de uma dívida de seu dono. Podemos, nesse caso, corrigir o padre: ele não abandonou a esposa, foi separado dela.

Segundo José Marques Nogueira, que contratara Hermógenes como feitor, no dia seguinte à suposta tentativa de rapto da escrava Aurélia, ele foi preso enquanto colhia “café para vender”. Seu primeiro destino foi a cadeia de Angra dos Reis, depois viajou para Niterói, de onde o enviaram para assentar praça no Arsenal da Marinha. Ali, ficou preso no depósito, por pelo menos dois meses, sendo, ainda, hospitalizado.

⁵⁸ Expressão que denotava os vários conflitos que ocorreram nas primeiras décadas do Império na província do atual Rio Grande do Sul e nas fronteiras com Argentina e Uruguai.

Simplesmente não houve processo para apurar a denúncia. O juiz acatou as acusações do padre, o presidente da província, por sua vez, acatou o que o juiz disse e Hermógenes foi aceito como recruta.

O tom dramático do requerimento, escrito um mês e meio depois de ter sido preso, parece corresponder ao desespero de querer, nas palavras de seu procurador Salustiano Conceição, “agenciar a vida descente [sic] e a honra somente com seu ofício de carpinteiro” e se livrar da “prisão vingativa e arbitrária”.

Mesmo valendo-se de uma “retórica do oprimido”, ao confrontar a acusação e a defesa, é possível inferir alguns fatos. Seu procurador reitera não parecer “justo que sem culpa formada se conserva preso um cidadão de bem que é miserável pardo casado, que não tem outro meio para alimentar-se e tratar de sua mulher, senão o seu ofício de carpinteiro”.

Se ele realmente tratava de sua mulher, não é possível saber. Se sim, estava na labuta ganhando a vida para, quem sabe, alforriá-la. Se não, quando se viu impossibilitado de viver maritalmente com ela, buscava outras mulheres para não viver só. E como fora escravo até os 40 anos, ao que parece, era ainda no cativo que encontrava suas parceiras. O fato de viver de seu ofício, o próprio acusador atestou ao relatar que o contratara para fazer uma casa, evidência de que não era vadio.

Hermógenes confirmou o acordo estabelecido com o padre Nóbrega de construir uma casa. No entanto, alegou que o valor combinado não estava sendo pago, e a partir disso começaram os desentendimentos. Ao fim e ao cabo, o presidente da província do Rio de Janeiro, Honório Carneiro Leão, dois meses depois de tê-lo enviado como recruta, escreveu ao ministro da Marinha dizendo que a sua idade o impedia de servir, sendo assim pediu que devolvesse o preso “para que pela Polícia se tomem as necessárias cautelas a respeito de seu comportamento”.

Depois de 40 anos de escravidão, servindo a diversos donos, após ter sido separado da esposa, aprender um ofício, pagar a alforria, Hermógenes continuava ligado à escravidão – instituição que retinha as mulheres com quem queria ou podia estar –, mas lutando contra ela. Mesmo não sendo mais propriedade de alguém, ao insultar um empregador, o puniram.

A rebeldia teve um preço: recrutamento militar. Uma vez incapaz e velho para marujo, como ele próprio requereu, foi recusado na Armada. No entanto, outra alegação

sua não foi atendida: Hermógenes afirmou não ser “perturbador da ordem pública e particular”. O presidente discordou e ele foi reenviado à Secretaria de Polícia, onde seu futuro próximo seria decidido.

*

Uma minoria de escravos foi empregada na Armada de modos variados. Segundo o regulamento de recrutamento de 1822 – em vigor até 1874 - só poderiam ser recrutados homens brancos e pardos. Apesar disso, em 1824, a Câmara aprovou a troca da frase homens brancos e pardos por cidadãos brasileiros para apenas excluir escravos e estrangeiros do recrutamento. Neste ano também, um decreto autorizou a compra de escravos para tripularem os navios de guerra.⁵⁹ Tempos depois, uma Ordem Geral do ministro, de 1833, determinava a investigação mais a fundo da condição dos homens de cor nos navios, “por serem encontrados muitos escravos fugidos”.⁶⁰

Em 1837, outra lei consentiu a entrada de crioulos no Exército e na Armada. Mas, dois anos depois, em 1839, uma correspondência reservada de Garcia d'Almeida, presidente da Bahia, oferecia como recrutas, para o ministro da Marinha, homens presos durante a Sabinada e enviados para Fernando de Noronha. Ele justificava que não haviam sido recrutados para o Exército por serem crioulos!⁶¹ Finalmente, uma lei de 1840 proibiu que escravos servissem como praças.⁶² Neste mesmo ano, a Marinha doou dezenas de escravos à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Mas é preciso registrar que, junto dos africanos livres, havia muitos escravos nos arsenais e hospitais da Marinha de Guerra e no trabalho de escavação do dique da Corte.

Não é possível criar dados consistentes a respeito da presença escrava e a relação dos tripulantes pretos não escravos com a escravidão, assim como não foi possível averiguar a legislação que prevaleceu. Como veremos, eles estiveram de maneiras variadas nos navios, seja como escravos, ex-escravos ou falsamente livres. Certamente uma boa parte dos pardos da Marinha era composta de egressos da escravidão ou filhos de escravos. A oscilação na legislação e a flutuação entre todo tipo de trabalho compulsório e livre no Império atingiram esta instituição como tantas outras.

⁵⁹ Decisão n. 147, 8 de julho de 1824, Manda comprar escravos para o serviço dos navios de guerra. Coleção de decisões do Império do Brasil de 1824.

⁶⁰ Ordem geral n. 8, 15 de outubro de 1833.

⁶¹ AN, Série Marinha, XM 507, correspondência com o presidente da Bahia, 30/04/1839.

⁶² Coleção de leis do Império do Brasil de 1840, 21 de agosto de 1840.

Na fragata Imperatriz, entre 1833 e 1835, por exemplo, havia registro de apenas 14 escravos em um total de 964 homens. Na fragata Constituição e na corveta Imperial Marinheiro eles nem sequer foram computados. No entanto, em diversos navios, muitos escravos fugidos serviram como livres.

Por outro lado, na Marinha mercante de cabotagem, os escravos representavam uma porcentagem considerável, segundo demonstram os censos navais a partir de 1855. Em 1857, cerca de 48% dos marinheiros da Corte e da província fluminense eram escravos. Nos demais portos onde foram contados (Pará, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Paraná), somavam 33% do total. O provável motivo é que a maioria dos escravos deveria pertencer aos donos das embarcações. No século XIX, quem era proprietário possuía escravo.

Tabela 4
Tripulação da Marinha mercante de cabotagem, Império do Brasil, 1857

Províncias	Livres	Escravos	Total
RJ	4184 (52%)	3919 (48%)	8103
MA, PE, AL, SE, BA, ES RJ, PR, SC, RS, PA, SP	4768 (67%)	2389 (33%)	7157
TOTAL	8470	6241	15260

Fonte: Relatório do Ministério da Marinha, 1857, mapa T.

Obs.: os dados do Pará e de São Paulo foram extraídos do Relatório do ministro da Marinha de 1855, mapa V.

Os africanos livres tinham direito de isenção, por serem estrangeiros. No entanto, encontrei apenas um requerimento alegando esse motivo de dispensa: trata-se do africano Domingos José, que graças ao seu requerimento conseguiu desembarcar na Bahia, em 1833, por ser estrangeiro.⁶³ As autoridades sabiam dessa isenção, mas a prática os impelia a continuar o recrutamento desses homens. Em julho de 1842, o subdelegado de São Gonçalo recrutou Pedro, um africano livre, e o enviou ao juiz de Niterói. Este o expediu ao presidente do Rio de Janeiro, mesmo questionando a sua própria ação. Ele resolveu seu dilema não seguindo a lei, mas o costume:

E posto duvide se indivíduos tais estão sujeitos ao recrutamento por não compreendidos nas Instruções de 10 de julho de 1822, e por não serem

⁶³ AN, Série Marinha, XM 489, Correspondência com o presidente da Bahia, 1833.

cidadãos brasileiros a vista do artigo 6o da Constituição, contudo como há numerosos exemplos de terem sido empregados no serviço militar do Império, parece-me que o devia remeter a disposição de V. Exa para que o mande empregar na Marinha.⁶⁴

Finalmente, o presidente o enviou à Marinha e, ao que parece, o assunto foi encerrado ali mesmo. Africanos, assim como outros estrangeiros, foram recrutados ilegal e habitualmente, com a anuência de todo tipo de autoridade.

Álvaro Nascimento interpretou o “alistamento não somente como um castigo para os homens livres, mas também uma das rotas seguidas por escravos para encobrir sua fuga e garantir a liberdade”.⁶⁵ A conclusão de que o Arsenal e os navios constituíam uma das possibilidades de fuga para escravos foi igualmente demonstrada por Carlos Eugenio Líbano Soares.⁶⁶ Não é possível quantificar quantos escravos seguiram por esse caminho. Desconfio que eles representavam uma minoria dentro dos navios.

A escravidão simulada era também um abrigo contra o recrutamento.⁶⁷ Tanto Thomas Ewbank, em 1846, quanto, mais recentemente, o historiador Sidney Chalhoub entenderam que forros simulavam a condição de cativos para escaparem das Forças Armadas. Observador das ruas, o viajante norte-americano flagrou forros tirando os sapatos, quando sabiam que a tropa do recrutamento se aproximava. Sidney Chalhoub afirmou que era comum encontrar nos papéis da polícia homens forros que se diziam escravos para fugir do recrutamento. Foi o caso, por exemplo, de José Crioulo ou Damásio Maximiano. Detido em 1836, no calabouço da Corte, declarou-se antes de tudo escravo. Mas, impelido pelos maus tratos, e não auxiliado por seu suposto dono, escreveu, por meio de um procurador, um requerimento para o Imperador, declarando-se preto livre, marinheiro do brigue *Niger* da Armada. A charada sem solução foi bem elaborada pelo historiador: “se ficasse José Crioulo, era escravo, calabouço, açoite, libambo; se ficasse Damásio Maximiano, era recruta forçado, brigue de guerra e açoites também, com certeza”.⁶⁸

⁶⁴ AN, Série Marinha, XM 84, Correspondência com o presidente do Rio de Janeiro, julho de 1842.

⁶⁵ NASCIMENTO, Álvaro P. do, Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra, **Estudos Afro-asiáticos**, n. 38, dez 2000. Versão online. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200005. Acesso em: julho de 2011.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ EW BANK, Thomas. Op. Cit., p. 277.

⁶⁸ CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 145-146.

O personagem Amaro, o “bom-crioulo” do romance escrito pelo oficial Adolfo Caminha, era escravo fugido, “veio, ninguém sabe donde” e se alistou na Marinha. Semelhante ao relato de Damásio, inicialmente escapar da escravidão por meio da Marinha foi um alívio, mas logo ele se viu em meio à encruzilhada do recrutamento e da escravidão:

(...) o novo homem do mar sentiu pela primeira vez toda a alma vibrar de uma maneira extraordinária, (...). A liberdade entrava-lhe pelos olhos, pelos ouvidos, pelas narinas, por todos os poros”. Mas depois de algum tempo servindo lamentou: “Ah! vida, vida!... Escravo na fazenda, escravo a bordo, escravo em toda a parte... E chamava-se a isso de servir à pátria!⁶⁹

O trabalho compulsório, dito “livre” na própria Marinha, pode ser comparado por meio dos ganhos dos carpinteiros escravos do Arsenal da Marinha de Santa Catarina com os salários dos primeiros grumetes na corveta Regeneração nos meses de setembro e outubro de 1839. Os escravos ganhavam 800 réis por meia jornada de trabalho no domingo, totalizando 4\$000 réis em um mês. Os grumetes ganhavam 4\$800 réis por mês e, muitas vezes, eram descontados os valores dos fardamentos e de outros misteres, desse modo, o soldo podia corresponder a menos de 3\$000 réis.⁷⁰ Devido ao pecúlio de domingo e, provavelmente, a outros ganhos em terra, no decorrer daquele ano, Maximiliano, um dos escravos, casado, conseguiu obter a alforria e passou a ser empregado do Arsenal. Ele certamente não abandonaria seu posto para tornar-se grumete. Apesar dos escravos representarem uma mínima parcela das tripulações dos navios estudados, os forros devem ter ingressado em uma escala muito maior.

Encontrei vários requerimentos de senhores solicitando escravos recrutados ou engajados de volta. Hendrik Kraay elencou 277 requerimentos de senhores na Bahia, entre 1800 e 1880, solicitando seus escravos ao Exército. De acordo com o autor:

Arrastada sobre uma população livre e liberta pobre e racialmente misturada, a rede do recrutamento forçado inevitavelmente capturava escravos. Ao mesmo tempo, a identificação entre serviço militar atraía os escravos, assim como os atraía a perspectiva de usar o Exército para se distanciarem de seus senhores.⁷¹

⁶⁹ CAMINHA, A. **O bom-crioulo**. Op. Cit., p. 5 e passim.

⁷⁰ AN, Série Marinha, XM 134, Correspondência com o presidente de Santa Catarina, 1839.

⁷¹ KRAAY, Hendrik. "O abrigo da farda": O Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-81. **Afro-Ásia**, n. 17, 1996. p. 56.

Por um lado, o recrutamento de escravos era residual, pois os escravos poderiam ser confundidos com homens livres de cor. Ou, ainda, como também observou Álvaro Nascimento, a tropa, mesmo sabendo da condição de escravo, poderia simular a liberdade para obter o prêmio pelo recrutamento.⁷² Por outro lado, quando o sujeito de condição escrava se engajava de livre e espontânea vontade, tal procedimento significava fuga de uma situação pior do que a possivelmente encontrada em um navio.

Não foi o caso de Luiz Crioulo, escravo da capixaba Rosa Maria do Sacramento. Tudo indica que preferiu voltar para o seu antigo posto de escravo marinheiro na lancha, onde foi recrutado à força. Segundo o Comandante do Quartel General, ele já alegava ser escravo antes de sua dona escrever o requerimento. A lancha Nossa Senhora da Penha, onde trabalhava, fazia transporte de recrutas do Espírito Santo e ele devia saber muito bem o que o esperava. Rosa Maria requereu e o Ministério deferiu o pedido.⁷³

Diferente do caso anterior, Dona Balbina Jaldina Soares, viúva de comerciante da Rua do Ouvidor na Corte, requereu o escravo Abel e teve dificuldades de obtê-lo de volta. O escravo alegava ter sido alforriado pelo ex-senhor que, diga-se de passagem, lhe deixara um legado de 50\$000 réis. Abel era pardo e filho de uma escrava do mesmo casal. Havia a possibilidade real de ser filho de seu senhor. A viúva, diante das dificuldades de reintegrar a posse, desabafou que se punha “o direito dos senhores a mercê de ‘alecantinas’ [sic]; o escravo era um embusteiro como se devia esperar” e, principalmente, alertava às autoridades dos “inconvenientes e riscos que pode trazer para a tranquilidade dos possuidores de escravos, o precedente que com ela se está estabelecendo, dando-se preferência aos ditos desencontrados de um escravo contra documentos legais”.⁷⁴

A senhora acabou tendo um parecer favorável, mas a Marinha não lhe entregou o escravo tão facilmente. A escravidão e o recrutamento constituíam duas realidades daquela sociedade multifacetada. Escravos poderiam fugir de seus proprietários por meio do engajamento, outros se fingiam de escravos para fugir ao recrutamento.

A devolução do escravo deve ter prevalecido. A escravidão era uma instituição que deveria ser mais respeitada do que o recrutamento. E, como vimos, a maioria da

⁷² NASCIMENTO, Álvaro P. do. Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Estudos Afro-asiáticos*, n. 38, 2000.

⁷³ AN, Série Marinha, XM 1162, doc. 65, Requerimentos 1845.

⁷⁴ AN, Série Marinha, XM 1162, doc 57, Requerimentos, 1846.

população era livre e vadia segundo o ponto de vista dos governantes, os quais também não desejavam atrapalhar as atividades produtivas, movidas em grande parte pela mão de obra escrava. A escravidão e o recrutamento conviveram em relativa paz durante o Império. No caso do pardinho acaboclado José, analisado acima, prevaleceu o parecer do oficial maior da Marinha: “incompatível é com a honrosa classe militar da Marinha e Guerra, contar no número dos praças dos corpos respectivos, homens que não forem notoriamente livres, para gozarem do título de cidadãos”.⁷⁵

Considerações finais

A Armada Nacional e Imperial do Brasil teve importante participação estrangeira nos seus primórdios e, ao se nacionalizar, a cor branca foi diminuindo sensivelmente dentre suas tripulações. Os marinheiros nacionais eram de origens indígena, africana, em menor grau euro-americana ou europeia. Mas a maioria era uma mistura variada de todas elas. Assim, procurei estudá-los tanto separadamente, devido a suas especificidades, como em conjunto, devido às suas semelhanças. A questão da cor na marinha ilumina o debate sobre etnia, raça e cor no Império, já que oferece uma documentação qualitativa e quantitativa suficiente para entender a complexidade do tema.

A população livre de cor foi o grande alvo dos recrutadores, tanto do Exército quanto da Marinha. Boa parte dela relacionava-se de algum modo com a escravidão, com o processo de civilização dirigido aos indígenas, e foi alvo de leis ou práticas ilegais de recrutamento ou, simplesmente, eram pobres e discriminados como tal. A minoria branca recrutada entrava na categoria de vadios, os quais poderiam ser imigrantes ou brancos pobres sem redes sociais.

Esta análise, ainda que não seja conclusiva, procurou contribuir com o debate intenso e controverso que é a questão da cor no Brasil. As estatísticas e as experiências individuais aqui abordadas demonstram que este problema tem uma longa duração e ainda não foi resolvido no Brasil de hoje, ainda que a legislação e os debates tenham progredido bastante. No caso das tripulações dos navios no século XIX, profundamente marcadas pelo internacionalismo, a cor era mais uma marca da heterogeneidade, sendo os marinheiros, um grupo de trabalhadores especialmente importante para a imagem do

⁷⁵ AN, Série Marinha, XM 5, Correspondência com o chefe de polícia.

país no longo curso e na cabotagem. Nada como a neve branca do bairro do Brooklin de Nova York para entendermos que a maioria de nós não é branca e, apesar, ou talvez por causa disto, seguimos racistas.

Referências bibliográficas:

BEATTIE, Peter. **Tributo de sangue: Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864 - 1945**. São Paulo: Edusp, 2009.

CAMINHA, A. **O bom-crioulo**. São Paulo: Ática, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Coleções das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1825. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

D. PEDRO II. **Diário de viagem ao Norte do Brasil**. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

DANTAS, Beatriz et al. Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico, In: CUNHA, Manuela C. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

EWBANK, Thomas. **Life in Brazil; or A journal of a visit to the land of the cocoa and the palm**. New York: Harper & Brothers Publishers, 1856.

_____. **Vida no Brasil**. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1976.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. **Tempo morto e outros tempos: Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GOMES, Ângela Castro (org.) **Em família: A correspondência de Gilberto Freyre e Oliveira Lima**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

JEHA, Silvana C. **A galera heterogênea: Naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, 1822-1854**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011.

LAND, Isaac. “Sinful Propensities”: Piracy, Sodomy, and Empire in the Rhetoric of Naval Reform. In: RAO, Anupama; PIERCE, Steven (Eds). **Discipline and the Other Body: Humanitarianism, Violence, and the Colonial Exception**. Durham: Duke University Press, 2006.

LIMA, Ivana. S. **Cores, marcas e falas. Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

NASCIMENTO, Álvaro P. do, Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra, **Estudos Afro-asiáticos**, n. 38, dez 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200005. Acesso em: jul de 2011.

PESSOA, Sabino E. **Viagem da Corveta Imperial Marinheiro nos anos de 1857 a 1858 a diversos portos do Mediterrâneo e do Atlântico**. Rio de Janeiro: Typ. Do

Correio Mercantil, 1860.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **José Bonifácio: Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Luiz I. S. **Discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva durante cerimônia em comemoração ao Dia da Consciência Negra**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/20-11-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-em-comemoracao-do-dia-da-consciencia-negra/view>. Acesso em: jun. de 2013.

SOARES, Carlos E.L. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro 1808 – 1850**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

STEWART, Charles S. **Brazil and the Plata, the personal Record of a Cruise**. New York: G.P. Putnam & Co, 1856.